

Acompanhamento Semanal

Núcleo Técnico de Macroeconomia

Novembro | 2021



Consultoria
Júnior de
Economia
FGV



Sumário

<i>Inflação</i>	2
IPCA	2
INPC.....	3
<i>Atividade Econômica</i>	5
Produção Industrial Mensal Regional – IBGE	5
Indicador Antecedente de Emprego (IAEmp)	6
<i>Política</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
“Partido Liberal confirma a filiação do presidente Bolsonaro”	Erro! Indicador não definido.
“STF mantém suspensão de emendas de relator ao Orçamento por 8 a 2”	Erro! Indicador não definido.
“Bezerra Coelho admite que pode aceitar mudanças em texto da PEC”	Erro! Indicador não definido.
“Bolsonaro diz que decidiu renovar por mais 2 anos desoneração da folha de pagamento”	Erro! Indicador não definido.
<i>Economia Internacional</i>	7
Estados Unidos	7
China	7
Europa.....	7
<i>Contas Públicas</i>	9
Benefício de Prestação de Contas (BPC)	9
Relatório do Focus	10

Inflação

IPCA

O IPCA para o mês de outubro divulgado na última semana pelo IBGE registrou uma alta de 1,25%. Com esta variação o valor chega a 10,67% em 12 meses e 8,24% no ano. O resultado quebrou as expectativas do Banco Central, que havia afirmado no seu último Relatório Trimestral de Inflação, publicado em setembro, que o pico da inflação seria em setembro e agrava o pessimismo acerca das perspectivas para a economia brasileira.

Nenhum dos grupos pesquisados apresentaram deflação. A maior contribuição, mais uma vez, foi oriunda do grupo transportes (2,62%), com destaque para os combustíveis (3,21%). No ano, eles acumulam 38,29% de variação e 42,72% nos últimos 12 meses. Tais altas estão relacionadas principalmente por conta nos reajustes que têm sido aplicados no preço de petróleo e que têm influenciado o preço de combustível nas refinarias nacionais. Ainda no grupo transportes, também destacam-se os preços de automóveis novos (1,77%) e usados (1,13%), cujos preços também estão sendo afetados por conta da falta de semicondutores, que têm reduzido significativamente a produção de automóveis no Brasil.

Por fim, ainda em Transportes, destacam-se os preços das passagens aéreas e transporte por aplicativo. Com a reabertura global e retirada de restrições para brasileiros entrarem em países como Estados Unidos, Inglaterra, entre outros, a demanda por passagens aéreas voltou a crescer. Com isso, juntamente à aproximação da época de festas de final de ano, os preços de passagens aérea saltaram 33,86% em outubro. Em relação à aplicativos, com a alta no preço da gasolina, além da redução no número de carros, o preço teve uma variação de 19,85% no mês.

A segunda maior variação veio do grupo Vestuário, seguido por Artigos de Residência, Alimentação e depois Habitação. Em vestuário, destacam-se roupas femininas (2,26%) e infantis (2,01%). Em Artigos de Residência, mobiliário (1,89%)



e eletrodomésticos e equipamentos (1,54%). Em Alimentação, tomate (26,01%) e batata-inglesa (16,01%). E, por fim, em Habitação, a energia elétrica que, apesar de ter tido uma variação menor, dentro do panorama de crise hídrica, continua na bandeira tarifária mais alta e com variação de 1,16% no mês. Com isso, começamos a observar a inflação cíclica, na qual as altas nos preços começam a ser repassados para os demais setores.

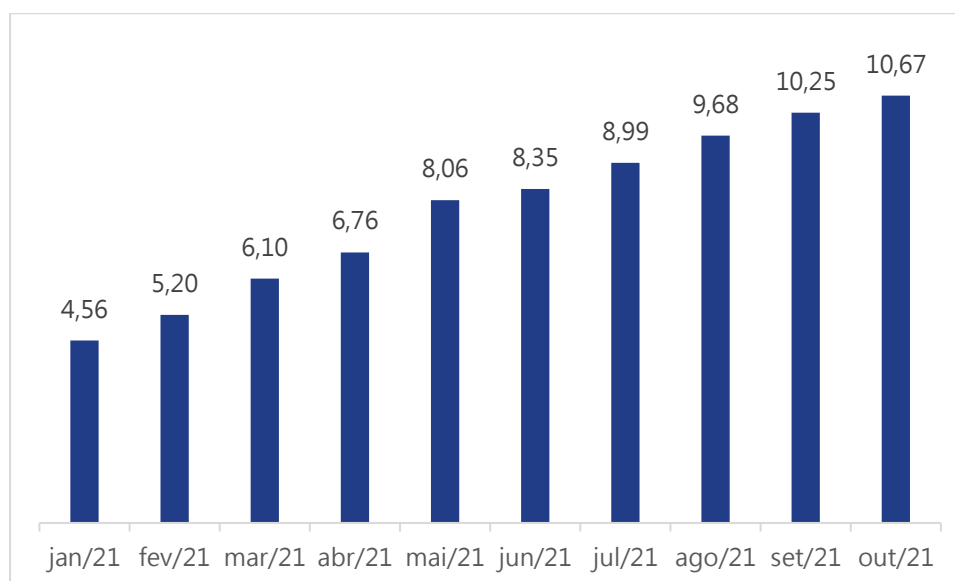


Gráfico 1: Acumulado em 12 meses do IPCA (%)

INPC

O INPC, subiu 1,16% em outubro, contra 1,20% em setembro. Foi o maior resultado para um mês de outubro desde 2002, quando o índice foi de 1,57%. No ano, o indicador acumula alta de 8,45% e, em 12 meses, de 11,08%.

O indicador seguiu as tendências do IPCA, com nenhum grupo apresentando deflação, Transportes apresentando a maior variação (1,99%) seguido por Vestuário (1,76%), Artigos de Residência (1,32%) e Habitação (1,14%). Curiosamente, a variação do grupo Alimentação e bebidas foi menor do que a registrada pelo IPCA.

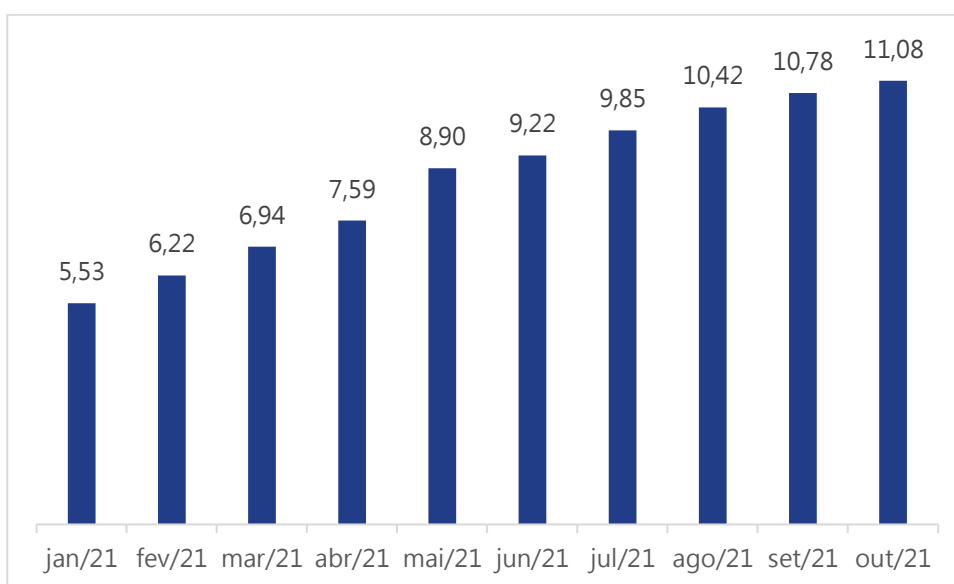


Gráfico 2: Acumulado em 12 meses do INPC (%)



Atividade Econômica

Produção Industrial Mensal Regional – IBGE

No mês de setembro o resultado da PIM Regional foi de um decréscimo de -0,4% em relação ao mês de agosto e -3,2% em relação ao cenário pré-pandêmico. A queda do índice nacional se deve ao recuo de nove das quinze localidades acompanhadas, das quais sete tiveram recuos mais severos do que o nacional. Apesar das maiores quedas terem sido registradas no Ceará e no Amazonas, respectivamente -4,4% e -4%, o maior impacto do índice foi o resultado de São Paulo.

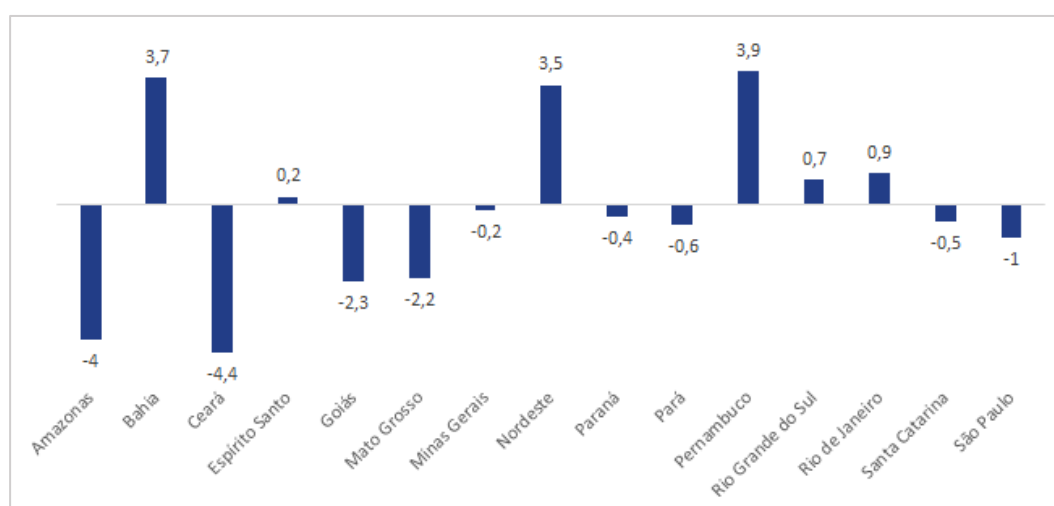



Gráfico 3: PIM – setembro por Estado

São Paulo tem tal impacto por ser responsável por quase 34% da produção brasileira. A indústria paulista sofreu uma redução de 1% em sua produção no mês de setembro, o que coloca o estado operando em 98,6% da sua capacidade pré-pandemia.

O analista Bernardo Almeida atribui essa redução de capacidade, mesmo com a volta das atividades, aos efeitos de descontinuidade da cadeia produtiva gerados pelo Covid. Assim, se apresenta algumas incertezas quanto à recuperação da atividade econômica, uma vez que é observável que as consequências da pandemia devem se estender.



Apesar da dificuldade geral da indústria brasileira se recuperar, ainda vale um destaque para o Nordeste que está operando -17,9% abaixo do nível pré-pandêmico. A região tem sofrido pela saída de indústrias e um desemprego persistente. A retirada de uma importante montadora na região da Bahia repercutiu no índice e na economia nordestina como um todo. Ademais, a região tem sido uma das mais afetadas pela suspensão do auxílio emergencial e pelo desemprego.

Indicador Antecedente de Emprego (IAEmp)

O mês de outubro foi marcado por uma estabilidade do IAEmp, que aumentou 0,1 ponto no mês e recuou 0,7 ponto em médias móveis trimestrais, atingindo respectivamente 87,1 e 88,1 pontos.

Tal constância se deve ao ritmo de recuperação do mercado de trabalho, que está tenso por conta da desaceleração da atividade econômica, que permanece abaixo dos níveis pré-pandêmicos. O que se espera é que a recuperação do mercado de trabalho permaneça no atual ritmo, mas com mais intensidade no setor de serviços, o qual foi mais prejudicado durante a pandemia. O final do ano, com a reabertura mais ampla e as férias de fim de ano, abrem novas oportunidades para a aceleração dos serviços, o que pode ter um impacto positivo no índice.

De modo geral, as expectativas mais de longo prazo continuam incertas, dado que seria necessária uma recuperação mais robusta da atividade econômica. E o cenário atual ainda apresenta grandes incertezas que não possibilitam uma visualização clara de como e em que ritmo deve acontecer tal regeneração.

Economia Internacional

Estados Unidos


No mês de outubro, o índice geral de preços estadunidense subiu 0,9%, ante o aumento de 0,4% do mês anterior. O aumento sinaliza uma aceleração da inflação e marca, no acumulado de 12 meses, 6,2%, a maior alta desde novembro de 1990. Entre os componentes responsáveis pelo aumento, destaca-se os custos com energia que saltaram 4,8% em outubro e 30% nos últimos 12 meses. Ainda, a aceleração da inflação reflete uma combinação entre a forte demanda e os problemas nas cadeias de produção, que não contemplam a produção demandada pelo consumidor.

China

Na China, a inflação do consumidor registrou um aumento de 1,5% ao ano, enquanto o índice de preços ao produtor subiu 13,5% ao ano em outubro. A pressão inflacionária para o consumidor decorre dos problemas de abastecimento voltados às questões climáticas, que afetam os preços dos alimentos. Para o produtor, por sua vez, as altas das commodities e a crise energética pressionam os custos e representam um desafio para a política monetária chinesa na recuperação econômica.

Europa

O cenário da pandemia sinaliza uma alta de casos nos países europeus, sobretudo, naqueles com baixa cobertura vacinal. Uma nova onda da COVID-19 compromete a recuperação econômica e dificulta a enfraquecida economia europeia. Além disso, o temor de países com maiores taxas de vacinação, como o Reino Unido e a Alemanha reflete os riscos de novas variantes levarem a um descontrole da pandemia, afetando o cenário local. Por fim, destaca-se o discurso



da presidente do Banco Central Europeu, Christine Lagarde, que tranquilizou o mercado em meio aos riscos inflacionários



Contas Públicas

Benefício de Prestação de Contas (BPC)

A Lei nº 14.176, de 2021, promoveu uma série de mudanças para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), além de regulamentar o auxílio-inclusão, previsto na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. O BPC é um benefício que garante um salário-mínimo para pessoas com deficiência e idosos com mais de 65 anos que comprovem que não podem se sustentar. As mudanças consistem em ampliar a faixa de beneficiários, que antes eram pessoas que ganham até 1/4 de salário mínimo, mas agora a renda mínima passa a ser 1/2 do salário mínimo.

Atualmente há 5 milhões de beneficiários do BPC, sendo 45,5% idosos e 54,5% PCDs. Assim, o BPC equivale a 13% dos benefícios concedidos pelo INSS.

Assim, e sabendo que o INSS é um dos principais impactantes das contas públicas do governo, o IFI (Instituto Fiscal Independente) calcula que estas mudanças podem elevar as despesas em R\$43 bilhões nos próximos 9 anos, uma média de R\$5 bilhões ao ano.

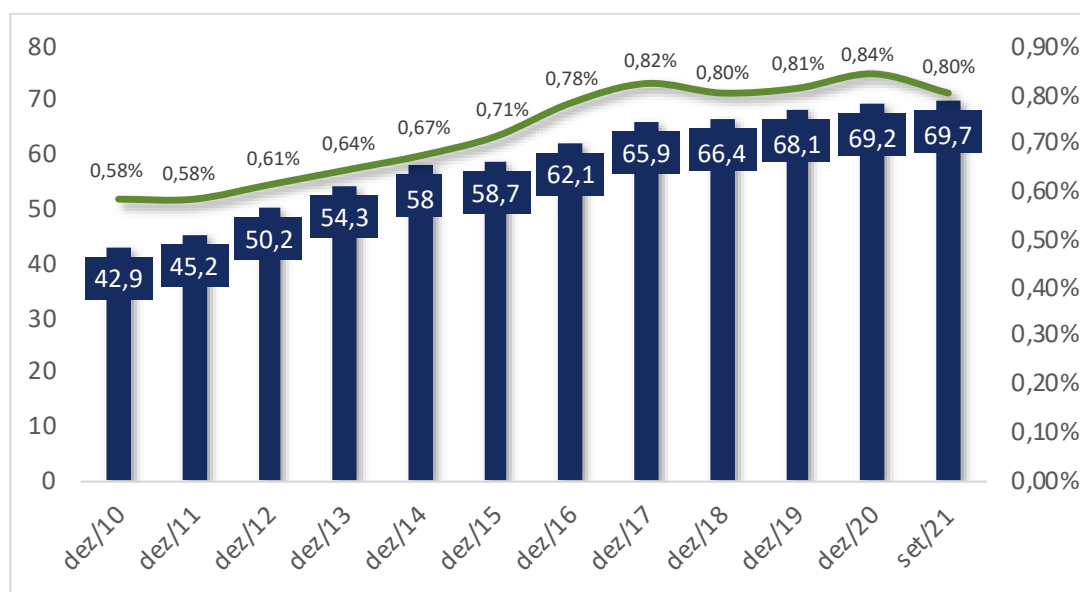


Gráfico 4: Despesa da União com o BPC em 12 meses (em R\$ bilhões de set/2021 e em % do PIB)



Relatório do Focus

O relatório do Focus desta semana diminuiu a projeção da Dívida Líquida do Setor Público para este ano em 0,15% pela 6ª semana consecutiva. A DLSP é definida como o balanceamento entre as dívidas e os créditos do setor público não-financeiro e do Banco Central. Assim, a projeção é que a DLSP seja de 60,15% do PIB. Ainda, o Resultado Primário aumentou, para -1% do PIB em 2021, expectativa mais alta do que as semanas anteriores. Por fim, o Resultado Nominal permaneceu o mesmo das outras semanas, quando se esperava 5,9% do PIB para 2021.

Da mesma forma, em 2022, o relatório acredita que a DLSP ficará em 62,90%, uma expectativa de 0,1% a menos do que o esperado na semana passada. Ainda, o Resultado Primário aumentou, para -1,15 % do PIB em 2022, expectativa mais alta do que as semanas anteriores. Por fim, o Resultado Nominal permaneceu o mesmo das outras semanas, quando se esperava 6,55% do PIB para 2022.

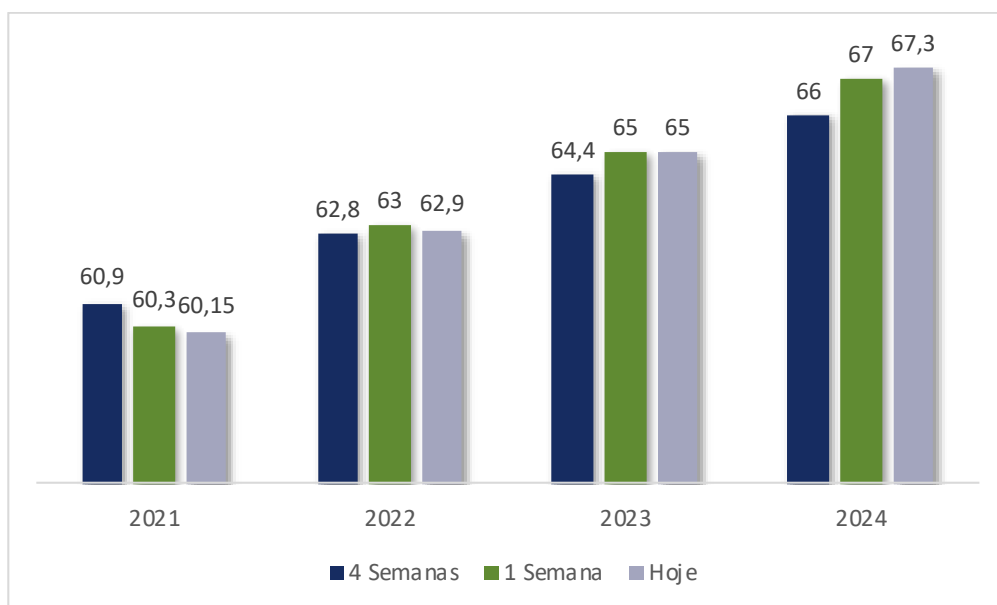


Gráfico 5: Relatório Focus - Dívida líquida do setor público (em % do PIB)